

MEC retoma política de chamamentos públicos para abertura de cursos de medicina no país



Será dada prioridade às regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitante, considerando também a relevância e a necessidade social da oferta de curso de medicina. A previsão é de que os chamamentos públicos sejam divulgados até o início de agosto, ou seja, 120 dias após a publicação da portaria.

O Ministério da Educação retomou a política de chamamento público do programa Mais Médicos para a autorização de cursos de medicina ofertados por instituições privadas de ensino superior. A [portaria 650](#), de 5 de abril de 2023, foi publicada após o fim da moratória de cinco anos. O texto também trata da reabertura do protocolo de pedidos de aumento de vagas dos cursos já existentes.

O ato administrativo diz que os chamamentos públicos deverão adotar as modalidades necessidade social ou de estrutura de serviços conexos à saúde e à formação médica. No primeiro caso, será dada prioridade às regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitante, considerando também a relevância e a necessidade social da oferta de curso de medicina, além da existência de equipamentos públicos adequados, suficientes e de qualidade nas redes locais de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os chamamentos públicos sob a modalidade estrutura de serviços conexos à saúde e à formação médica deverão considerar a integração ao sistema de saúde regional por meio do estabelecimento de parcerias entre a instituição proponente e unidades hospitalares (pública ou particular) que possibilitem campo de prática durante a formação médica. Também serão critérios relevantes as vagas a serem preenchidas com base em objetivos de inclusão social, a integração ao sistema de saúde regional, em especial às unidades vinculadas

ao SUS, e a oferta de formação médica especializada em residência médica.

De toda forma, os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de medicina utilizarão os instrumentos de avaliação definidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os chamamentos públicos serão divulgados até o início de agosto - 120 dias após a publicação da portaria. O prazo é o mesmo para a publicação de fluxo, procedimentos, padrão decisório e calendário para protocolo dos pedidos de aumento de vagas dos cursos de medicina ofertados por instituições vinculadas ao sistema federal de educação superior.

"Trata-se de algo muito importante para o país, pois o programa Mais Médicos pelo chamamento público vai fazer com que os cursos de medicina sejam interiorizados e, sobretudo, vão alcançar cidades onde existe uma grande carência de profissionais médicos, compreendendo e concordando com a política do ministro Camilo Santana", salientou o presidente da AMIES, Moses Rodrigues.

Paralelamente, o setor educacional aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. A Corte analisa se é constitucional as IES só poderem abrir cursos de medicina via chamamento público do programa Mais Médicos e não por meio de protocolo direto no MEC, como ocorre com as demais graduações. A relatoria é do ministro Gilmar Mendes.

Inep planeja aperfeiçoamento do Sinaes

Neste mês de abril, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) completou 19 anos. Criado pela Lei 10.861, de 2004, o Sinaes segue as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), cabendo ao Inep a organização de todo o processo avaliativo.

A autarquia, inclusive, anunciou que está desenvolvendo uma agenda de estudos para atuar em várias frentes de trabalho para aprimoramento dos processos e dos instrumentos avaliativos. Um dos exames que devem ser aperfeiçoados é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A ideia é estabelecer critérios mínimos de desempenho, aumentar o comprometimento dos estudantes e revisar os questionários do Enade.

A necessidade de mudanças foi apontada pela AMIES durante reunião, em março, com o presidente do Inep, Manuel Palácios. Na ocasião, uma das ponderações feitas pelo presidente da AMIES, Moses Rodrigues, foi a de que, no formato atual, os alunos não são afetados pelo resultado final do Enade e, por isso, nem sempre se dedicam com afinco à prova, não refletindo a realidade da IES e podendo até prejudicar a avaliação da instituição. Uma das propostas foi a de o desempenho no Enade ser incluído no histórico escolar ou de a nota ser considerada para o ingresso em programas de mestrado e doutorado. “Da forma atual, o Enade representa um desperdício de di-



nheiro público e de tempo dos servidores e acadêmicos envolvidos, pois não reflete a realidade das IES”, defendeu. O Inep também pretende caracterizar em mais detalhes o sistema de educação superior, de modo a reconhecer as missões institucionais e as especificidades dos cursos; identificar quais resultados da avaliação servem às políticas regulatórias e de financiamento; desenvolver novos indicadores educacionais; aperfeiçoar os instrumentos de avaliação *in loco*; e aprimorar a avaliação dos cursos de licenciaturas.

Ao longo do ano, serão realizados debates com associações representativas, coordenadores, gestores educacionais, estudantes e especialistas para discutir ações de valorização dos resultados da autoavaliação institucional; inclusão das atividades de extensão, de iniciação científica e de estágios supervisionados nos instrumentos avaliativos; acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação; avaliação da eficiência dos sistemas de ensino; e disseminação do uso dos resultados das avaliações do Sinaes.

MERCADO

▶ A Yduqs informou que a Seres/MEC aprovou seu pedido de **expansão** de vagas para o curso de medicina da Faculdade Estácio de Alagoinhas, localizada na Bahia, em operação no âmbito do programa Mais Médicos I.

▶ Por que tantos brasileiros estão se mudando para o Paraguai? Os brasileiros são **quase a totalidade** entre universitários de medicina no país, de acordo com estimativas oficiais.

▶ Graduação, pós e MBA chegam às universidades corporativas. **Parceria** com instituições de ensino facilitam processo de certificação e ajudam a baratear os cursos para funcionários. **Tendência** no ensino corporativo é misturar o remoto e o presencial.

▶ **Pesquisa** realizada pela *Pearson* e *Google* mostra que mais de 40% dos brasileiros acreditam que podem construir uma carreira de sucesso sem um curso universitário, contra 34% que preferem uma formação formal. Levantamento também mostra que cursos remotos são preferência para capacitação profissional.

▶ Dois anos após chegar ao Brasil, a indiana **Byju's** - maior *startup* de educação do mundo, avaliada em US\$ 22 bilhões - está ampliando a sua operação local.

Setor de ensino privado participa de GT de formação inicial de professores



O MEC **ampliou** a lista de representantes do Grupo de Trabalho que vai propor políticas de melhoria da formação inicial de professores, criado pela **portaria 587**. Estabelecimentos de ensino do setor privado estão na lista de entidades participantes e poderão contribuir com sugestões.

O GT também é composto por representantes de todas as secretarias do MEC; além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); do Conselho Nacional de Educação (CNE); da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes); do Fórum Nacional de Educação (FNE); da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais

de Ensino Superior (Andifes); do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); das Associações Brasileiras de Universidades Comunitárias e Confessionais; do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (Condicap); e da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem).

As entidades terão até o final de maio para fazer as devidas sugestões. Após esse prazo, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) encaminharão o relatório final para análise do ministro Camilo Santana, no prazo de 30 dias.

Falta de capacitação é um dos entraves para o uso de tecnologias em salas de aula

Os professores do Brasil não se sentem aptos para usar a tecnologia em sala de aula. Esse é um dos resultados de um **estudo** realizado pelo *British Council*, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais. A pesquisa usa dados do Centro de Inovação para a Educação

Brasileira (Cieb), que consultou 100 mil docentes, que relataram, em sua maioria, não terem capacitação para usar tecnologias nas atividades de ensino e nem mesmo para o próprio desenvolvimento profissional (fazer cursos remotos, por exemplo). O país também registra baixa conectividade nas escolas.

MEC inicia ações da consulta pública sobre o novo ensino médio

O Ministério da Educação deu início à consulta pública sobre o novo ensino médio. As ações devem ser realizadas até o dia 6 de junho, prazo final da consulta pública, que poderá ser prorrogada, se necessário.

Entre as atividades previstas está uma série de seminários e escuta a especialistas, além de audiências públicas regionais, realização de pesquisas quantitativas e qualitativas e reuniões com equipes técnicas de secretarias estaduais de educação, representações dos movimentos de estudantes e profissionais do ensino médio. Também é possível enviar contribuições sobre o tema pela plataforma **Participa + Brasil**.

A AMIES apoia e irá colaborar com as discussões por defender a qualidade em todos os níveis de educação. "Sou a favor da manutenção do novo ensino médio, mas destaco que é de suma importância ouvir o Congresso Nacional, sindicatos, categorias, estudantes, professores e também o Conselho Nacional de Secretários de Educação, para fazermos alguns ajustes, caso seja necessário", frisou o presidente da AMIES, Moses Rodrigues.



Capes divulga edital de apoio a eventos científicos

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) publicou o [edital 11/2023](#), do Programa de Apoio a Eventos no País (Paep). Entre 2 de maio e 5 de junho, a Fundação receberá propostas de eventos científicos, tecnológicos ou de extensão no Brasil.

Os eventos propostos devem ser presenciais ou semipresenciais, além de serem realizados entre 11 de setembro deste ano e 31 de maio de 2024. Eles são divididos em pequenos, médios e grandes, de acordo com o número de participantes: até 200, de 201 a 600 e a partir de 601. Os valores variam pelo tamanho e pela abrangência. Caso o evento seja pequeno e nacional, o teto é R\$ 70 mil, e se for internacional, R\$ 90 mil. Pa-



ra médios, as cifras chegam entre R\$ 100 mil e R\$ 120 mil, respectivamente, e aos grandes, R\$ 140 mil e R\$ 160 mil.

De acordo com o edital, a análise técnica final será divulgada em 3 de julho. Já a análise de mérito com o resultado final sairá em 4 de setembro. A análise técnica é a parte que avalia se as instituições, entidades e propo-

nentes seguiram as regras do edital. Já a de mérito vai levar em conta fatores como a relevância dos eventos para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e para a área do conhecimento nele representada, a programação, os palestrantes, o comitê científico, a comissão organizadora e o quanto houve de estímulo à participação de estudantes.

ORÇAMENTO



O governo federal anunciou R\$ 2,44 bilhões para a recomposição do orçamento das universidades públicas e dos institutos federais. Do montante, R\$ 1,7 bilhão será destinado à recomposição direta das finanças, sendo R\$ 1,32 bilhão para universidades públicas e R\$ 388 milhões para os institutos federais. Os outros R\$ 730 milhões serão aplicados para atender obras e ações que estavam sem cobertura, a exemplo da residência médica e multiprofissional e bolsas de permanência.

DIÁLOGO



Após restituir o Fórum Nacional de Educação (FNE), descontinuado em 2017, o ministro da Educação, Camilo Santana, empossou os novos membros titulares e suplentes nomeados pela [portaria 718](#). A ideia é restabelecer os canais de diálogo com os Poderes e entes da sociedade civil. "O MEC está de portas abertas para, conjuntamente, construir ações para melhorar a educação pública deste país, não só a educação básica, mas também a educação superior", disse Santana.

SEGURANÇA



O governo federal investirá R\$ 3,1 bilhões em recursos para estados e municípios promoverem um ambiente escolar mais seguro. Infraestrutura, equipamentos de segurança, ações de formação e suporte à implantação de núcleos de apoio psicossocial em escolas estão no pacote. Paralelamente, o MEC lançou cartilha com orientações para a comunidade escolar. A publicação faz parte do conjunto de ações do Grupo de Trabalho Interministerial para o desenvolvimento de medidas preventivas.

Edital do Mais Médicos terá parceria com o Fies

O programa Mais Médicos reforçará a parceria entre os ministérios da Saúde e Educação, com incentivos para atrair médicos recém-formados que queiram quitar a dívida com o Financiamento Estudantil (Fies).

O incentivo de fixação para médico do Fies, que permanecer ao menos 12 meses no programa, e o incentivo para o médico do Fies residente de Medicina de Família e Comunidade são inéditos. No primeiro caso, o profissional pode receber adicional de 40% a 80% da soma total das bolsas de todo o período que esteve no programa, a depender do nível de vulnerabilidade do município. A previsão é que esse benefício seja pago em quatro parcelas: 10% por ano durante os três primeiros anos e os 70% restantes ao completar quatro anos. No segundo caso, o incentivo ocorre por meio de vagas para os médicos-residentes de Medicina de Família e Comunidade que foram beneficiados pelo Fies, auxiliando no pagamento total do valor da dívida.

"O papel do MEC é supervisionar todos os bolsistas médicos desse programa. Também vamos discutir a qualidade das residências, que precisam ser ampliadas e intensificadas, frisou o ministro Camilo Santana.



Marcelo Camargo/ABr

Censup 2022: Conferência e ajustes de dados devem ser feitos até 5 de maio

Os representantes legais e recenseadores institucionais terão até o dia 5 de maio para fazer a conferência, ajuste e envio das justificativas dos relatórios de consistência, referentes ao Censo da Educação Superior 2022. Os procedimentos devem ser realizados no [Sistema Censup](#).

Esse processo tem como objetivo observar a coerência dos dados declarados, por meio de comparações com os dados informados no Censo do ano anterior e do cruzamento de dados declarados em campos correlacionados no sistema.

De acordo com o cronograma, entre 8 e 31 de maio, o Inep



Nick Morrison/Unsplash

fará a análise e responderá às justificativas dos relatórios de consistência. De 1º a 16 de junho, será feita a verificação (*in loco* ou por videoconferência) das instituições de ensino selecionadas pelo Inep, com ajustes de dados até o dia 23 de junho. O resultado do Censup será divulgado em 19 de setembro.

Comissão esclarece regras da residência médica

A Comissão Nacional de Residência Médica, vinculada à Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC, elaborou a [Nota Informativa 1/2023](#) para esclarecer a diferença entre residência médica e outras modalidades de pós-graduação *lato sensu*. O objetivo é informar as especificidades, regras e modalidades do programa de residência médica.

O documento esclarece que nenhuma especialização, independentemente de sua carga horária total e forma de organização, ainda que utili-

ze termos como "nos moldes da residência médica", "pautada nos padrões da residência", "com conteúdo especializado para residência", será considerada "residência médica", termo restrito por Lei aos programas autorizados e reconhecidos pela comissão. "A única especialização que fornece, ao seu término, título de especialista necessário para o requerimento e emissão do Registro de Qualificação de Especialista (RQE) é a residência médica credenciada no Sistema da CNRM", esclarece o texto.

EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Ricardo Benedito de Oliveira | Diretor administrativo: Alexandre José Braga Chaddad | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Arleide Costa de Oliveira Braga | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE)